

ENSAIO TEÓRICO

A linhagem empirista na gramaticografia do século 18

Carlos Alberto FARACO 

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Francisco Eduardo VIEIRA 

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Gonçalo Fernandes (UTAD)
- Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)
- Ronaldo Batista (UPM)

AVALIADO POR

- Rolf Kemmler (UTAD)
- Ricardo Cavaliere (UFF)

SOBRE OS AUTORES

- Carlos Alberto Faraco
Conceptualização, Escrita – rascunho original, Escrita – análise e edição.
- Francisco Eduardo Vieira
Conceptualização, Escrita – rascunho original, Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 15/09/2021
- Aceito: 08/11/2021
- Publicado: 07/12/2021

COMO CITAR

Faraco, C. A.; Vieira, F. E. (2021). A linhagem empirista na gramaticografia do século 18. *Revista da Abralín*, v. 20, n. 3, p. 464-492, 2021.

RESUMO

Neste artigo, apresentamos alguns resultados do projeto de pesquisa “Historiografia da Sintaxe no Brasil: teoria, norma e ensino”, em desenvolvimento no grupo de pesquisa HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas (UFPB/CNPq). Embora as fontes primárias do projeto sejam gramáticas escritas por autores brasileiros e/ou publicadas no Brasil a partir do século 19, investigamos também alguns temas de sintaxe geral e seu surgimento e desenvolvimento na gramaticografia não brasileira de língua portuguesa e na gramaticografia de outras línguas e de outras épocas. Nesse sentido, discutimos aqui aspectos do pensamento gramatical francês do século 18 pelo seu impacto na gramaticografia de língua portuguesa. No século 18, predominou uma postura epistemológica fortemente empirista que refletiu diretamente nos estudos gramaticais, dando origem a uma linhagem a que classificamos como *empirista*. Uma historiografia da gramaticografia de língua portuguesa deve levar em consideração a natureza epistemológica dessa linhagem empirista, tanto quanto das outras duas, a *latinizada* e a *racionalista*. Portanto, neste artigo, apresentamos primeiramente alguns aspectos da linhagem latinizada, em especial na gramaticografia de língua portuguesa, e alguns gestos (sobretudo retóricos) de refutação a essa linhagem realizados por gramáticos considerados racionalistas. Em seguida, caracterizamos a linhagem empirista e ilustramos suas diretrizes a partir da análise de uma obra singular da gramaticografia de língua portuguesa que encerra o século 18: os *Rudimentos da Grammatica Portuguesa, cómodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*, de Pedro José da Fonseca (1799).

ABSTRACT

In this article, we present some results of the research project “Historiography of Syntax in Brazil: theory, norm and education”, carried on by the research group HGEL – Historiography, Grammar and Language Teaching (UFPB/CNPq). Although the primary sources of the project are grammars written by Brazilian authors and/or published in Brazil from the 19th century on, we also investigate some themes of general syntax and their emergence and development in the grammaticography of Portuguese made not in Brazil as much as in the grammaticography of other languages and of other periods of time. Thereby, we discuss here aspects of 18th century French grammatical thought for its impact on the grammaticography of Portuguese. In the 18th century, a strongly empiricist epistemological trend prevailed and it reached directly the grammatical studies, giving rise to a lineage that we classify here as *empiricist*. A historiography of the grammaticography of Portuguese must take into consideration the epistemological basis of such lineage as much as of the other two, the *latinized* and the *rationalist* ones. Therefore, we first present some aspects of the latinized lineage, particularly in the grammaticography of Portuguese and some rebuttal gestures (mainly rethorical ones) toward this lineage made by rationalist grammarians. We, then, describe the empiricist lineage and exemplify its foundations with a rather singular work in the grammaticography of Portuguese which closes the 18th century, namely *Rudimentos da Grammatica Portugueza, cômmodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*, written by Pedro José da Fonseca (1799).

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia da Gramaticografia. Gramaticografia Francesa. Empirismo Gramatical. Século 18. Pedro José da Fonseca.

KEYWORDS

Historiography of Grammaticography. French Grammaticography. 18th Century. Grammatical Empiricism. Pedro José da Fonseca.

Introdução

Neste artigo, apresentamos alguns resultados do projeto de pesquisa “Historiografia da Sintaxe no Brasil (HSB): teoria, norma e ensino”, em desenvolvimento no grupo de pesquisa HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas (UFPB/CNPq)¹. O objetivo maior do projeto é construir narrativas descritivas, interpretativas e explicativas sobre como o conhecimento sintático foi e vem sendo adquirido, formulado, difundido, transformado, preservado, didatizado ou esquecido no contexto sociocultural brasileiro.

Dado seu escopo abrangente, o projeto HSB está organizado em três eixos temáticos, consoante as diretrizes programáticas apresentadas em Vieira (2020a): Eixo 1 – Aspectos teóricos; Eixo 2 – Aspectos descritivo-normativos; e Eixo 3 – Aspectos didático-pedagógicos. As reflexões apresentadas aqui decorrem do trabalho no Eixo 1, que busca analisar processos de surgimento, desenvolvimento, recepção, contraposição, apagamento e continuidade de teorias, saberes e ideias sobre sintaxe na história da gramática e da Linguística no Brasil.

No âmbito particular da “historiografia da gramaticografia”, compreendida como parte da historiografia da linguística que compara ou estabelece relações históricas entre concepções de gramáticos e entre soluções propostas a problemas de gramática (cf. SWIGGERS, 2020), realizaremos, a seguir, alguns gestos interpretativos capazes de orientar a elaboração de respostas cientificamente fundamentadas a perguntas como:

- a) Que concepções de sintaxe e que formas de abordagem são apresentadas em gramáticas (de língua portuguesa)?
- b) Que relações de continuidade e ruptura, num nível concreto ou apenas retórico, essas formas de abordagem apresentam quando comparadas?
- c) Quais são, como se estabelecem e de que modo são utilizadas, nas propostas de descrição gramatical, as redes de metatermos e definições envolvendo sintaxe?
- d) Como concepções científicas, políticas e socioculturais que caracterizam os períodos em que certas gramáticas foram produzidas refletem suas diretrizes epistemológicas e, em particular, o tratamento dado à sintaxe?

¹ Participam do HGEL os autores deste texto, o professor Leonardo Gueiros (UFPB) e alguns estudantes de graduação e pós-graduação vinculados ao Curso de Letras/Português, ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) ou ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Ensino (PGLE) da UFPB. Espelho do HGEL no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (Plataforma Lattes/CNPq): <https://bit.ly/2GoleXa>. Perfil do HGEL no Instagram: @hgel.ufpb.

Embora as fontes primárias do projeto HSB sejam, a princípio, gramáticas escritas por autores brasileiros e/ou publicadas no Brasil a partir do século 19, é inevitável investigarmos também alguns temas de sintaxe geral e seu surgimento e desenvolvimento tanto na gramaticografia não brasileira de língua portuguesa quanto na gramaticografia de outras línguas e de outras épocas. Nesse sentido, estudar o pensamento gramatical francês do século 18 é particularmente interessante à pesquisa, pois boa parte da gramaticografia de língua portuguesa, a partir de então, está vinculada às doutrinas gramaticais francófonas.

Nesse circuito, não basta lembrar os franceses Cesar Du Marsais (1676-1756) e Nicolas Beauzée (1717-1789), os dois grandes responsáveis pela intensa e extensa discussão doutrinal constante dos verbetes gramaticais da *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*², o grande empreendimento intelectual iluminista, publicado em 35 volumes, na França, entre 1751 e 1772, sob coordenação de Denis Diderot (1713-1784) e Jean le Ronde D'Alembert (1717-1783). A Du Marsais e Beauzée, é preciso acrescentar vários autores de gramáticas do francês, como Claude Buffier (1661-1737), Gabriel Girard (1677-1748), Noël François de Wailly (1724-1801) e Étienne Bonnot de Condillac (1714-1780). Todos eles, de um modo ou de outro, como veremos daqui a pouco, foram formuladores e divulgadores de importantes inovações na doutrina gramatical de tradição greco-latina. E, por isso, foram mencionados em prefácios e introduções de gramáticas portuguesas (cf. LOBATO, 1770; FONSECA, 1799; MORAES SILVA, 1806; entre outros).

Também devemos destacar que o século 18 foi um momento histórico no Ocidente em que predominou uma postura epistemológica fortemente empirista. Não a única, obviamente, mas a mais proeminente, tendo repercussão direta nos estudos gramaticais. Talvez a maior prova desse predomínio de uma postura epistemológica fortemente empirista seja a própria *Encyclopédie* francesa. No “Discurso preliminar”, texto de apresentação dessa obra monumental, D'Alembert, logo de início, a propósito do conhecimento humano, condena a teoria das ideias inatas e resume, sem citá-lo diretamente, os princípios formulados por John Locke (1632-1704) em seu livro *Ensaio sobre o entendimento humano*, de 1690. Nesse livro, Locke assume que o conhecimento nos vem basicamente dos sentidos, os chamados *conhecimentos diretos*, e da ação da mente sobre esses conhecimentos diretos, os chamados *conhecimentos reflexivos*.

A filosofia de John Locke é, por assim dizer, o ponto de síntese de toda a epistemologia empirista desenvolvida desde as elaborações filosóficas de Francis Bacon (1561-1626) no primeiro quarto do século 17. Ambos mereceram de D'Alembert, na sequência do “Discurso Preliminar”, muitos elogios, deixando bem claro o comprometimento de base dos enciclopedistas com o empirismo. Igualmente Diderot fez elogios a Francis Bacon seja no prospecto da *Encyclopédie*, seja no verbete “Enciclopédia”. Faz neste também menção ao livro de John Locke como uma das obras importantes a que “cabe

² No português: *Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. O texto em francês desse monumental empreendimento intelectual do século 18 pode ser consultado no link www.enccre.academie-science.fr/encyclopedie/ (acesso em 10/09/2021) – *Édition Numérique Collaborative et Critique de l'Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers (1751-1772)*. Vários verbetes da *Encyclopédie* foram traduzidos para o português e publicados pela Editora da UNESP em 6 volumes (2015-2017).

a uma enciclopédia degluti-las por completo” (DIDEROT, 2015 [1755], p. 219). Essa postura impactou significativamente a gramaticografia das línguas europeias modernas, dando forma a uma linhagem que podemos chamar de *empirista*.

Uma historiografia da gramaticografia de língua portuguesa no domínio da sintaxe deve levar em consideração a natureza epistemológica não só da linhagem empirista, quanto das outras duas linhagens, a *latinizada* e a *racionalista*. Portanto, neste artigo, apresentaremos primeiramente alguns aspectos descritivos centrais da linhagem latinizada, em especial no domínio da gramaticografia de língua portuguesa, e alguns gestos (sobretudo retóricos) de refutação a essa linhagem realizados por gramáticos considerados, em sentido amplo, racionalistas. Em seguida, em contraposição à linhagem latinizada, caracterizaremos a linhagem empirista e ilustraremos suas diretrizes a partir de uma obra singular da gramaticografia de língua portuguesa que encerra o século 18: os *Rudimentos da Gramática Portuguesa, cómodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*, de Pedro José da Fonseca (1799).

1. A linhagem latinizada, com foco na gramaticografia portuguesa

Registros de gramatização de vernáculos europeus com base em gramáticas latinas remontam à Idade Média. A história nos conta que a mais antiga dessas obras é a *Auraicept na n-Éces*, do erudito Cenn Fáelad mac Ailella (?-679), escrita no século 7, com base nas obras dos latinos Donato, Prisciano e Isidoro de Sevilha (cf. MOUNIN, 1970). Outros exemplos são as primeiras gramáticas do anglo-saxão e do basco, escritas no século 10; do islandês, no século 12; e do gaulês e do provençal, no século 13 (cf. ROBINS, 1979; AUROUX, 1992).

Entretanto, é no Renascimento europeu, particularmente no final do século 15, que a padronização das línguas europeias modernas passou a ocorrer em larga escala, ocasionando o que Auroux (1992) chama de “revolução tecnológica da gramatização”. Nesse contexto, se destaca a *Gramática de la Lengua Castellana* (1492), de Elio Antonio de Nebrija (1441-1522). Havia, dentro do arcabouço ideológico do Humanismo renascentista, ao qual se vinculava Nebrija, um posicionamento que buscava nobilitar as línguas modernas pelas proximidades com o latim e lhes atribuir uma gramática moldada em propriedades da gramática latina. Ilustram bem essa influência da gramatização do latim na gramatização do castelhano as categorias latinas *declinação* e *caso*, tomadas por Nebrija na descrição dos nomes da língua castelhana. Vejamos mais de perto essa questão.

Na língua latina, o caso de um nome é determinado pela flexão que ele carrega decorrente da declinação a que pertence: primeira, segunda, terceira, quarta ou quinta declinação. Por exemplo, uma palavra latina como *regina* (*rainha*), por pertencer à primeira declinação, varia de acordo com o número (singular, plural) e o caso: nominativo (*regina, reginae*), genitivo (*reginae, reginārum*), dativo (*reginae, reginīs*), acusativo (*reginam, reginās*), vocativo (*regina, reginae*) e ablativo (*reginā,*

reginīs). Sem dúvida, uma das mais significativas mudanças sintáticas ocorridas na transformação do latim em castelhano (e em português) foi a perda dos casos e das declinações dos nomes. Todavia, apesar de Nebrija (1492) reconhecer que “declinación del nombre no tiene la lengua castellana”³ e que “la significación de los casos distingue por preposiciones”⁴, o gramático não renuncia a nenhuma das duas categorias na descrição dos nomes castelhanos: reduz “todos los nombres a tres formas de declinación”⁵ e afirma que “los casos en el castellano son cinco”⁶ – nominativo, genitivo, dativo, acusativo e vocativo –, como se vê no excerto a seguir:

Declinación del nombre no tiene la lengua castellana, salvo del número de uno al número de muchos; pero la significación de los casos distingue por preposiciones. Assí, que pueden se reducir todos los nombres a tres formas de declinación: La primera, de los que acaban el singular en *a*, añadiendo *s*, embían el plural en *as*, como *la tierra, las tierras*. Sácanse los que tienen acento agudo en la última sílaba, por que sobre el singular reciben esta terminación *es*, como *alvalá, alvalaes; alcalá, alcalaes*; et assí, diremos *una a, dos aes; una ca, dos caes*. La segunda, de los que acaban el número de uno en *o*, et añadiendo *s*, embían el número de muchos en *os*, como *el cielo, los cielos*. La tercera, de los que acaban el número de uno en *d, e, i, l, n, r, s, x~ z*; [...] Los casos en el castellano son cinco: El primero llaman los latinos nominativo, por que por él se nombran las cosas, et se pone quien alguna cosa haze, sola mente con el artículo del género, como *el ombre*. El segundo llaman genitivo, por que en aquel caso se pone el nombre del engendrador, et cuia es alguna cosa, con esta preposición *de*, como *hijo del ombre*. El tercero llaman dativo, por que en tal caso se pone a quien damos o a quien se sigue daño o provecho, con esta preposición *a*, como *io do los dineros a tí*. El cuarto llaman acusativo, por que en tal caso ponemos a quien acusamos, et general mente a quien padece por algún verbo, con esta preposición, *a*, o sin ella, como *io amo al próx~imo* o *amo el próx~imo*. El quinto llaman vocativo, por que en aquel caso se pone a quien llamamos, con este adverbio *o*, sin artículo, como *¡o ombre!* Sexto et séptimo caso no tiene nuestra lengua, pero redúzense a los otros cinco. (NEBRIFA, 1492, p. 28, grifos nossos).⁷

³ No português: “a língua castelhana não tem declinação do nome”. Esta e outras traduções em nota foram feitas pelos autores do artigo.

⁴ No português: “a significação dos casos distingue por preposições”.

⁵ No português: “todos os nomes a três formas de declinação”.

⁶ No português: “os casos em castelhano são cinco”.

⁷ No português: “A língua castelhana não tem declinação do nome, salvo do número de um a muitos; mas a **significação dos casos [ela] distingue por preposições**. Assim, **todos os nomes podem se reduzir a três formas de declinação**: a primeira dos que acabam no singular por *a*, acrescentando *s*, formam o plural em *as*, como *la tierra, las tierras*. Ficam de fora os que têm acento agudo na última sílaba, porque sobre o singular recebem esta terminação *es*, como *alvalá, alvalaes; alcalá, alcalaes*; e assim diremos *una a, dos aes; una ca, dos caes*. A segunda, dos que acabam o número de um em *o*, e acrescentando *s*, formam o número de muitos em *os*, como *el cielo, los cielos*. A terceira, dos que acabam o número de um em *d, e, i, l, n, r, s, x~ z*; [...] **Os casos em castelhano são cinco: o primeiro os latinos chamam nominativo**, porque por ele se denominam as coisas, e se põe quem faz alguma coisa, somente com o artigo do gênero, como *el ombre*. **O segundo chamam genitivo**, porque nele se põe o nome do engendrador, e de quem pertence alguma coisa, com esta preposição *de*, como *hijo del ombre*. **O terceiro chamam dativo**, porque em tal caso se põe a quem damos ou a quem se segue dano ou proveito, com esta preposição *a*, como *io do los dineros a tí*. **O quarto chamam acusativo**, porque em tal caso pomos a quem acusamos, e geralmente a quem padece por algum verbo, com esta preposição, *a*, ou sem ela, como *io amo al próximo* ou *amo el próximo*. **O quinto chamam vocativo**, porque naquele caso se põe a quem chamamos, com este advérbio ou, sem artigo, como *¡o ombre!* Sexto e sétimo caso nossa língua não tem, mas se reduzem aos outros cinco.”

Esse modelo de declinações e casos no tratamento analítico dos nomes é replicado, com bastante engenho, nos primeiros séculos de gramatização da língua portuguesa (séculos 16 a 18), que anunciam retoricamente a filiação latina tanto no aparato categorial e conceitual da descrição gramatical – “usando dos termos da Grãmatica latina cuios filhos nós somos, por nam degenerar della” (BARROS, 1540, p. 2) – quanto no direcionamento normativo das regras do bem falar e escrever – “a mayor parte das regras, que contêm, guardaõ ou total, ou parcial harmonia com as Latinas” (ARGOTE, 1725, p. 13). Vale a pena ilustrar a concretização desse direcionamento retórico em alguns desses instrumentos de gramatização.

Na descrição dos nomes portugueses elaborada, por exemplo, na *Grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros (1540), há uma seção intitulada “Dos casos do nome”, transcrita a seguir:

Cáso, sam os termos per onde os nomes pronomes e partiçipios pódem andar, os quães termos dádo que nã mudê a sustança do nome: gouérnã a órдем da oraçãm mediante o uérbo. [...] **Chamã os latinos ao primeiro cáso, Nominatiuo**, por ser o primeiro que nomea a cousa: e nelle está a cousa que é ou a pessoa que fáz per semelhãnte exemplo, a cobiça é raiz de todolos máes. [...]

Ao segundo cáso chamam, Genitiuo, e dizem algũs latinos que lhe conuem este nome por gérar os outros cáso. E outros lhe chamam cáso possessiuo e interrogatiuo, por nelle está o senhor da cousa, como se preguntássem. De quem é esta árte de grammática? pódesse responder, do principe nósso senhor.

Em o terceiro cáso a que chamam, Datiuo, poemos a pessoa em cuio proueito ou dano é dáda ou feita a cousa, per este exemplo: Em aprêder, fázes a ty bã obra: e ao méstre dás contentamento.

Em o quáto cáso, a que chamã Acusatiuo, se põe a cou[sa] feita ou amáda: exêplo, os hómêes bãos amã a uirtude. Esta uirtude ã que obrã os hómêes, fica em accusatiuo.

Em o quinto cáso per nome, Vocatiuo, está a pessoa que chamamos: o quá se rége destas interieições, ó, ou, oula, a uós, e outras que se uerãm em seu lugar. E por este módo dizemos, ó piadoso deos, lêbrate de my.

Do sexto cáso a que chamam, Ablatiuo, se usa, tirãdo ou apartando a cousa dalgũ lugar per este exemplo, eu tiro muita doutrina dos liuros. E se dissér, eu tiro muita doutrina dos liuros com meu trabálho, fica este nome, trabálho, em outro **cáso seitimo, a que os Latinos chamam effectiuo**. Este cáso se rége desta proposiçãm com, e nelle está o instrumento com que obrãmos algũa cousa per o exemplo deçjma. (BARROS, 1540, p. 11-12, grifos nossos).

Em Barros (1540), a tomada do modelo latino para descrição dos nomes é ainda mais completa que em Nebrija (1492): ao contrário de Nebrija, que não apresenta o *ablativo* e o *efetivo* como casos do castelhano, Barros os inclui como casos do português. Além disso, apresenta algumas tábuas de declinação para os nomes portugueses, não obstante a redução das declinações a duas: ao paradigma da primeira declinação, que compreenderia os nomes terminados em vogais, e ao paradigma da segunda declinação, que abarcaria os nomes terminados nas consoantes *l, m, r, s* e *z*⁸:

⁸ “Os Latinos tem çinquo declinações [...] A nósso linguagem declinasse em outras duas, a hũa podemos chamar, uogál, por ser dos nomes que acába nas uogáes: e a outra consoante, por acabãrem os nomes que per ella declinamos nestas çinquo consoantes, *l, m, r, s, z* [...]” (BARROS, 1540, p. 12-13).

Primeira declinaçám.				Segunda declinaçám.			
a. e. i. o. u.				l. m. r. s. z.			
Numero	Singulár	Numero	Plurár.	Numero	Singulár.	Numero	Plurár.
Nominatiuo	a rainha	Nominatiuo	as rainhas	Nominatiuo	o cardeál	Nominatiuo	os cardeães
Genitiuo	da rainha	Genitiuo	das rainhas	Genitiuo	do cardeál	Genitiuo	dos cardeães
Datiuo	á rainha	Datiuo	as rainhas	Datiuo	ao cardeál	Datiuo	aos cardeães
Accusatiuo	a rainha	Accusatiuo	ás rainhas	Accusatiuo	o cardeál	Accusatiuo	os cardeães
Vocatiuo	ó rainha	Vocatiuo	ó rainhas	Vocatiuo	ó cardeál	Vocatiuo	ó cardeães
Ablatiuo	da rainha	Ablatiuo	das rainhas	Ablatiuo	do cardeál	Ablatiuo	dos cardeães
							Muitas

FIGURA 1 - Tábua de primeira e segunda declinação dos nomes portugueses em Barros (1540)

Fonte: Barros (1540, p. 13)

A figura 1 mostra *rainha* como uma palavra da primeira declinação portuguesa e as seis formas que ela pode tomar de acordo com cada caso latino. Evidentemente, os casos não poderiam ser marcados nos nomes portugueses por flexões, de modo que são apresentados em arranjos sintagmáticos simples: nominativo (*a rainha, as rainhas*), genitivo (*da rainha, das rainhas*), dativo (*á rainha, ás rainhas*), acusativo (*a rainha, as rainhas*), vocativo (*ó rainha, ó rainhas*), ablativo (*da rainha, das rainhas*). O mesmo acontece com *cardeál*, palavra apresentada como pertencente à segunda declinação dos nomes portugueses.

Em Barros (1540), não só os nomes portugueses são arrolados em tábuas de declinação, mas também outras “pártes da nóssa línguaem” (p. 3), tais quais, por exemplo, os *artigos*, apresentados em duas declinações (masculino/neutro e feminino); os *pronomes de primeira declinação*; os *pronomes possessivos*, derivados da primeira declinação de pronomes; e os *nomes relativos interrogativos*. Como pode ser visto na figura 2, a seguir, os paradigmas de declinação dessas e de outras categorias gramaticais contemplam os mesmos seis casos dos nomes portugueses, isto é, nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo:

<table border="0"> <tr> <td style="text-align: center;"><i>Mascu.</i></td> <td style="text-align: center;"><i>Femi.</i></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Sing. . Plu.</td> <td style="text-align: center;">Sing. P.</td> </tr> <tr> <td>Nominatiuo—o—os</td> <td>Nominatiuo—a—as</td> </tr> <tr> <td>Genitiuo—do—dos</td> <td>Genitiuo—da—das</td> </tr> <tr> <td>Datiuo—ao—aos</td> <td>Datiuo—á—ás</td> </tr> <tr> <td>Acusatiuo—o—os</td> <td>Acusatiuo—a—as</td> </tr> <tr> <td>Vocatiuo—ó—ó</td> <td>Vocatiuo—ó—ó</td> </tr> <tr> <td>Ablatiuo—do—das</td> <td>Ablatiuo—da—das</td> </tr> </table>	<i>Mascu.</i>	<i>Femi.</i>	Sing. . Plu.	Sing. P.	Nominatiuo—o—os	Nominatiuo—a—as	Genitiuo—do—dos	Genitiuo—da—das	Datiuo—ao—aos	Datiuo—á—ás	Acusatiuo—o—os	Acusatiuo—a—as	Vocatiuo—ó—ó	Vocatiuo—ó—ó	Ablatiuo—do—das	Ablatiuo—da—das	<p style="text-align: center;">☛ Dos casos da primeira declinaçam. ☛</p> <table border="0"> <tr> <td style="text-align: center;">Primeira pessoa. Singu. Plu.</td> <td style="text-align: center;">Segūda pessoa. Singu. Plu.</td> <td style="text-align: center;">Terceira pessoa. Singu. P.</td> </tr> <tr> <td>Ntõ—eu—nos</td> <td>N.—tu—uós</td> <td>No.—careçe</td> </tr> <tr> <td>Gtõ de my—de nós</td> <td>G.de ty—de uós</td> <td>Ge.—de sy</td> </tr> <tr> <td>Dtõ—a my a nós</td> <td>D.—a ty—a uós</td> <td>Dtõ—a sy</td> </tr> <tr> <td>Aētõ—me—nós</td> <td>A.—te—uós</td> <td>Aētõ—se</td> </tr> <tr> <td>Vētõ—ó eu—ó nós</td> <td>V.—ó tu—ó uós</td> <td>Vētõ—careçe</td> </tr> <tr> <td>Abl.de my de nós</td> <td>A.de ty—de uós</td> <td>Ab.—de sy.</td> </tr> </table>	Primeira pessoa. Singu. Plu.	Segūda pessoa. Singu. Plu.	Terceira pessoa. Singu. P.	Ntõ—eu—nos	N.—tu—uós	No.—careçe	Gtõ de my—de nós	G.de ty—de uós	Ge.—de sy	Dtõ—a my a nós	D.—a ty—a uós	Dtõ—a sy	Aētõ—me—nós	A.—te—uós	Aētõ—se	Vētõ—ó eu—ó nós	V.—ó tu—ó uós	Vētõ—careçe	Abl.de my de nós	A.de ty—de uós	Ab.—de sy.			
<i>Mascu.</i>	<i>Femi.</i>																																								
Sing. . Plu.	Sing. P.																																								
Nominatiuo—o—os	Nominatiuo—a—as																																								
Genitiuo—do—dos	Genitiuo—da—das																																								
Datiuo—ao—aos	Datiuo—á—ás																																								
Acusatiuo—o—os	Acusatiuo—a—as																																								
Vocatiuo—ó—ó	Vocatiuo—ó—ó																																								
Ablatiuo—do—das	Ablatiuo—da—das																																								
Primeira pessoa. Singu. Plu.	Segūda pessoa. Singu. Plu.	Terceira pessoa. Singu. P.																																							
Ntõ—eu—nos	N.—tu—uós	No.—careçe																																							
Gtõ de my—de nós	G.de ty—de uós	Ge.—de sy																																							
Dtõ—a my a nós	D.—a ty—a uós	Dtõ—a sy																																							
Aētõ—me—nós	A.—te—uós	Aētõ—se																																							
Vētõ—ó eu—ó nós	V.—ó tu—ó uós	Vētõ—careçe																																							
Abl.de my de nós	A.de ty—de uós	Ab.—de sy.																																							
<p style="text-align: center;">☛ Primeira pessoa. ☛</p> <table border="0"> <tr> <td style="text-align: center;">Singular.</td> <td style="text-align: center;">Plurar.</td> </tr> <tr> <td>Ntõ—meu—minha</td> <td>Ntõ—nóſſo—nóſſa</td> </tr> <tr> <td>Gtõ—de meu—de minha</td> <td>Gtõ—de nóſſo—de nóſſa</td> </tr> <tr> <td>Dtõ—à meu—à minha</td> <td>Dtõ—à nóſſo—à nóſſa</td> </tr> <tr> <td>Aētõ—meu—minha</td> <td>Aētõ—nóſſo—nóſſa</td> </tr> <tr> <td>Vētõ—ó meu—o minha</td> <td>Vētõ—ó nóſſo—ó nóſſa</td> </tr> <tr> <td>Abltõ—de meu de minha</td> <td>Abltõ—de nóſſo de nóſſa</td> </tr> </table> <p style="text-align: center;">☛ Segunda pessoa. ☛</p> <table border="0"> <tr> <td style="text-align: center;">Singular.</td> <td style="text-align: center;">Plurar.</td> </tr> <tr> <td>Ntõ—teu—tua</td> <td>Ntõ—uóſſo—uóſſa</td> </tr> <tr> <td>Gtõ—de teu—de tua</td> <td>Gtõ—de uóſſo—de uóſſa</td> </tr> <tr> <td>Dtõ—à teu—à tua</td> <td>Dtõ—à uóſſo—à uóſſa</td> </tr> <tr> <td>Aētõ—teu—tua</td> <td>Aētõ—uóſſo—uóſſa</td> </tr> <tr> <td>Vētõ—ó teu—ó tua</td> <td>Vētõ—ó uóſſo—ó uóſſa</td> </tr> <tr> <td>Abltõ—de teu—de tua</td> <td>Abltõ—de uóſſo de uóſſa</td> </tr> </table>	Singular.	Plurar.	Ntõ—meu—minha	Ntõ—nóſſo—nóſſa	Gtõ—de meu—de minha	Gtõ—de nóſſo—de nóſſa	Dtõ—à meu—à minha	Dtõ—à nóſſo—à nóſſa	Aētõ—meu—minha	Aētõ—nóſſo—nóſſa	Vētõ—ó meu—o minha	Vētõ—ó nóſſo—ó nóſſa	Abltõ—de meu de minha	Abltõ—de nóſſo de nóſſa	Singular.	Plurar.	Ntõ—teu—tua	Ntõ—uóſſo—uóſſa	Gtõ—de teu—de tua	Gtõ—de uóſſo—de uóſſa	Dtõ—à teu—à tua	Dtõ—à uóſſo—à uóſſa	Aētõ—teu—tua	Aētõ—uóſſo—uóſſa	Vētõ—ó teu—ó tua	Vētõ—ó uóſſo—ó uóſſa	Abltõ—de teu—de tua	Abltõ—de uóſſo de uóſſa	<p style="text-align: center;">☛ Declinaçam dos nomes Relatiuos ☛</p> <p style="text-align: center;">☛ Interrogatiuos ☛</p> <table border="0"> <tr> <td style="text-align: center;">Singular.</td> <td style="text-align: center;">Plurar.</td> </tr> <tr> <td>Nominatiuo—quem,quál</td> <td>Nominatiuo—quáes</td> </tr> <tr> <td>Genitiuo—de quẽ,de quál</td> <td>Genitiuo—de quáes</td> </tr> <tr> <td>Datiuo—a quem,aquál</td> <td>Datiuo—a quáes</td> </tr> <tr> <td>Accusatiuo—quẽ,quál</td> <td>Accusatiuo—quáes</td> </tr> <tr> <td>Ablatiuo—de quẽ,de quál</td> <td>Ablatiuo—de quáes</td> </tr> </table>	Singular.	Plurar.	Nominatiuo—quem,quál	Nominatiuo—quáes	Genitiuo—de quẽ,de quál	Genitiuo—de quáes	Datiuo—a quem,aquál	Datiuo—a quáes	Accusatiuo—quẽ,quál	Accusatiuo—quáes	Ablatiuo—de quẽ,de quál	Ablatiuo—de quáes
Singular.	Plurar.																																								
Ntõ—meu—minha	Ntõ—nóſſo—nóſſa																																								
Gtõ—de meu—de minha	Gtõ—de nóſſo—de nóſſa																																								
Dtõ—à meu—à minha	Dtõ—à nóſſo—à nóſſa																																								
Aētõ—meu—minha	Aētõ—nóſſo—nóſſa																																								
Vētõ—ó meu—o minha	Vētõ—ó nóſſo—ó nóſſa																																								
Abltõ—de meu de minha	Abltõ—de nóſſo de nóſſa																																								
Singular.	Plurar.																																								
Ntõ—teu—tua	Ntõ—uóſſo—uóſſa																																								
Gtõ—de teu—de tua	Gtõ—de uóſſo—de uóſſa																																								
Dtõ—à teu—à tua	Dtõ—à uóſſo—à uóſſa																																								
Aētõ—teu—tua	Aētõ—uóſſo—uóſſa																																								
Vētõ—ó teu—ó tua	Vētõ—ó uóſſo—ó uóſſa																																								
Abltõ—de teu—de tua	Abltõ—de uóſſo de uóſſa																																								
Singular.	Plurar.																																								
Nominatiuo—quem,quál	Nominatiuo—quáes																																								
Genitiuo—de quẽ,de quál	Genitiuo—de quáes																																								
Datiuo—a quem,aquál	Datiuo—a quáes																																								
Accusatiuo—quẽ,quál	Accusatiuo—quáes																																								
Ablatiuo—de quẽ,de quál	Ablatiuo—de quáes																																								

FIGURA 2 - Tâbuas de declinação dos artigos, dos pronomes de primeira declinação, dos pronomes possessivos de primeira e segunda pessoa e dos nomes relativos interrogativos em Barros (1540)
 Fonte: Barros (1540, p. 12, 16-17)

Essa distribuição dos nomes e de outras categorias gramaticais em paradigmas de declinação e caso é seguida por diferentes gramáticas portuguesas de linhagem latinizada até o século 18, como as *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* (1725), do Pe. Dom Jeronymo Contador de Argote (1675-1749). Essa obra, em particular, já explicita no título a relação especular entre o latim, língua “universal em toda a Europa, e necessaria para as occupaçoens da Republica”, e o português, uma das “linguas vulgares [...] filhas da latina” (ARGOTE, 1725, n.p). Seu intento é ser útil ao ensino da gramática do português, pois Argote (1725, n.p) julga “ser mais fácil, útil e seguro [...] ensinar aos rapazes primeyro a Gramática da sua lingua vulgar, e depois ensinarlhes a Grammatica Latina: porque assim viraõ a aprendella fácil e brevemente, segundo mostra a experiencia, e a razaõ”, já que “a mayor parte das regras da Grammatica Portugueza [...] são as mesmas, de que usa a Grammatica Latina”.

Estabelecida já na “Introdução” da gramática, essa relação especular entre as duas línguas (latim e português) dá a tônica da arte e sugere, naturalmente, várias tâbuas de declinação e caso, como a dos nomes (substantivos e adjetivos), artigos e pronomes. A figura 3 ilustra algumas dessas tâbuas. Trabalha-se com seis casos por declinação (nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo, ablativo), com exceção das declinações dos artigos e da maioria dos pronomes, que não apresentam o caso vocativo:

<p>Declinação do artigo <i>A</i>.</p> <p><i>Numero Singular.</i></p> <p>Nominativo <i>A.</i> Genitivo <i>da, ou de</i> Dativo <i>a</i> Accusativo <i>a</i> Ablativo <i>da, ou de</i></p>	<p>Declinação dos nomes, que tem antes de si o artigo <i>O</i>.</p> <p><i>Numero Singular.</i></p> <p>Nominativo <i>O Louvor.</i> Genitivo <i>do Louvor.</i> Dativo <i>ao Louvor.</i> Accusativo <i>ao Louvor.</i> Vocativo <i>ò Louvor.</i> Ablativo <i>do Louvor.</i></p>	<p>Declinação dos nomes adjectivos de duas terminaçoens.</p> <p><i>Numero Singular.</i></p> <p>Nominativo <i>O Branco, e a Branca.</i> Genitivo <i>do Branco, e da Branca.</i> Dativo <i>ao Branco, e à Branca.</i> Accusativo <i>ao Branco, e a Branca.</i> Vocativo <i>ò Branco, e ò Branca.</i> Ablativo <i>do Branco, e da Branca.</i></p>
<p>Declinação do artigo <i>A</i>.</p> <p><i>Numero Singular.</i></p> <p>Nominativo <i>A.</i> Genitivo <i>da, ou de</i> Dativo <i>a</i> Accusativo <i>a</i> Ablativo <i>da, ou de</i></p>	<p>Declinação do Pronome <i>Elle</i>, ou <i>Ella</i>.</p> <p><i>Numero Singular.</i></p> <p>Nominativo <i>Elle, ou Ella.</i> Genitivo <i>delle, ou della.</i> Dativo <i>lhe, ou a elle, ou a ella.</i> Accusativo <i>a elle, ou a elle.</i> Ablativo <i>delle, ou aella.</i></p>	<p>Declinação do Pronome <i>Isto</i>.</p> <p><i>Numero Singular.</i></p> <p>Nominativo <i>Isto.</i> Genitivo <i>disto.</i> Dativo <i>a isto.</i> Accusativo <i>a isto.</i> Ablativo <i>disto.</i></p>

FIGURA 3 – Tâbuas de declinação do artigo "A", dos nomes masculinos, dos nomes adjectivos, do pronome "eu", do pronome "ele" ou "ela" e do pronome "isto" em Argote (1725)
 Fonte: Argote (1725, p. 7, 9, 11, 37, 40, 45)

Por vezes, a acomodação da regra gramatical latina à estrutura em língua portuguesa requer que não sejam exploradas algumas particularidades gramaticais do português, embora a obra não possa negar as divergências estruturais entre as duas línguas. Os dois excertos a seguir – turnos trocados entre o Mestre (M.) e o Discípulo (D.), recurso didático que atravessa toda a gramática do Contador de Argote – ilustram essa questão. No primeiro excerto, afirma-se que alguns pretéritos compostos não foram apresentados no trabalho com os verbos portugueses porque esses verbos não existem em latim (e também porque são pouco usados em português). No segundo excerto, justifica-se a apresentação de quatro conjugações em português (apesar de a obra reconhecer só haver três) porque quatro é o número de conjugações latinas:

M. E porque só puzestes o Preterito perfeyto composto: *Eu tenho amado*, e não puzestes tambem outro composto, que he *Eu tive amado*?

D. Porque nesta Grammatica quer [...] que eu responda ajustando a conformidade do Portuguez com o Latim, para assim se facilitarem os meninos pelas regras da lingua Portugueza, a aprenderem as regras, e uso da lingua Latina, e **estes Preteritos compostos activos não os ha no Latim**, além de que os mais usados no Portuguez são somente os que tenho dito. (ARGOTE, 1725, p. 87, grifo nosso).

M. E porque não ha taboa nas terminaçoens dos Verbos acabados em *or*, q̄ dissestes fazem a quarta cõjugaçãõ?

D. Porque **verdadeiramente na lingua Portuguesa só ha tres conjugações**, porque em *or* só acaba o Verbo *Por*, e os seus compostos *compôr*, *dispor*, &c. e assim propriamente não formão conjugação diversa, mas são Verbos irregulares; porem como o Verbo *Por* tem muytos compostos, e **na lingua Latina ha quatro conjugaçõens, por isso disse acima haver tambem quatro na Portugueza**, para observar o mais que posso semelhança entre a lingua Latina, e Portuguesa [...] (ARGOTE, 1725, p. 144-145, grifos nossos).

Quando as diferenças entre o latim e o português são incontornáveis, Argote (1725) tende a avaliar como “bárbara” a especificidade do português e apontá-la como procedente da língua tudesca,

antiga língua germânica. Inscrevem-se nesses casos, por exemplo, o verbo *ter* como auxiliar de si mesmo – como em “tenho tido” (p. 81) – e a ausência de concordância de certas formas no particípio, como em “Nós temos comprado a louça” (p. 189).

A comparação explícita entre o latim e o português também acontece quando a regra apresentada é, de acordo com Argote (1725), idêntica nas duas línguas. Nesses casos, após o gesto descritivo/prescritivo para o português, lê-se “Esta regra ha tambem no Latim”. Eis alguns dos vários exemplos, retirados da Segunda Parte do instrumento, dedicada à sintaxe:

O Verbo concorda em numero, e em pessoa com o nome, que lhe serve de nominativo. **Esta regra ha tambem no Latim** (ARGOTE, 1725, p. 191, grifo nosso).

Quando os nomes, que servem de nominativo ao Verbo, são muytos, e pertencem a diversas pessoas, o Verbo quanto ao numero vay ao plural, e quanto à pessoa concorda com a mais nobre. **Esta regra ha tambem no Latim** (ARGOTE, 1725, p. 191, grifo nosso).

O Relativo O *qual*, a *qual* ou *Que* concorda com seu antecedente em gênero, e em numero, mas não concorda em caso. **Esta regra ha tambem no Latim** (ARGOTE, 1725, p. 192, grifo nosso).

Os pronomes *Este*, *Esse*, &c., quando sómente são Relativos, concordaõ com o seu antecedente em gênero, e numero, e não concordaõ em caso. **Esta regra ha tambem no Latim** (ARGOTE, 1725, p. 192, grifo nosso).

Todo o Verbo pessoal do modo finito tem antes de si nominativo claro, ou escondido. **Esta regra ha tambem no Latim** (ARGOTE, 1725, p. 195, grifo nosso).

Quando os nomes que fazem na Oração forem muytos, todos se hão de pôr em nominativo. **Esta regra ha tambem no Latim** (ARGOTE, 1725, p. 196, grifo nosso).

Os Comparativos, quando na Oração vem como Partitivos pedem genitivo. **Esta regra ha tambem no Latim** (ARGOTE, 1725, p. 205, grifo nosso).

Outra gramática de linhagem latinizada no século 18 é a *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770), de Antonio José dos Reis Lobato (1721-1804?). Essa obra foi a primeira gramática oficial para o ensino de português em todo o reino de Portugal (incluindo, evidentemente, o Brasil), por atender às então recentes políticas linguísticas do Secretário de Estado do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782), sob o reinado de D. José I. O Alvará Real de 30 de julho de 1770 – mesmo ano em que veio a lume a *Arte da grammatica da lingua portugueza* – determina que os professores de latim ensinem previamente a gramática portuguesa a seus alunos, durante seis meses ou pelo tempo que for necessário, a partir da obra de Lobato. Vê-se que, assim como Argote (1725), Lobato (1770) serviu de introdução gramatical em língua portuguesa para posterior estudo da língua latina. Quanto a isso, na “Introdução” da *Arte* se lê:

[...] não deixará a presente de ser util, e necessária, **não só para os que quizerem aprender os preceitos de sua lingua, mas tambem para os Estudantes da Grammatica Latina**; pois ainda que os doutissimos Professores Regios em observancia de hum dos preceitos das Instrucções Regias para os Estudos lhes expliquem **a analogia, que tem a lingua Portugueza com a Latina**, com tudo nunca se pôde dar sem Arte

a necessaria noticia das regras da Grammatica Portugueza; e quando se possa dar perfeita, não será suficiente a capacidade dos principiantes para reterem na memoria tudo o que ouvirem á viva voz dos Professores. Por cuja razão lhes julgo necessaria huma Grammatica Portugueza, em que possam cada vez que lhes for necessario examinar as suas regras, observando com especulação aquillo, em que ellas convem, ou diferem dos preceitos da lingua, que aprendem (LOBATO, 1770, p. XXI-XXII, grifos nossos).

É de se esperar, portanto, que a distribuição dos nomes, pronomes, adjetivos, artigos etc. em paradigmas de declinação e caso, forte característica das gramáticas de linhagem latinizada, também ocorra em Lobato (1770). No Livro I da Parte I da Arte, a Lição II, intitulada “Da declinação dos Artigos” (p. 14-18), apresenta a declinação de “o” e “a” nos casos nominativo, genitivo, dativo, acusativo e ablativo, e nos números singular e plural, conforme ilustra a Figura 4:

<i>Num. sing.</i>		<i>Num. plur.</i>		<i>Num. sing.</i>		<i>Num. plur.</i>	
Nominativo	<i>O.</i>	Nominativo	<i>Os.</i>	Nom.	<i>A.</i>	Nom.	<i>As.</i>
Genitivo	<i>d'o.</i>	Genitivo	<i>d'os.</i>	Gen.	<i>d'a.</i>	Gen.	<i>d'as.</i>
Dativo	<i>ao.</i>	Dativo	<i>a-os.</i>	Dat.	<i>d.</i>	Dat.	<i>ds.</i>
Accusativo	<i>o, a-o,</i> <i>para-o.</i>	Accusativo	<i>os, a-os,</i> <i>para-os.</i>	Ac.	<i>a, para a.</i>	Ac.	<i>as, para as.</i>
Ablativo	<i>d'o, n-o,</i> <i>pel-o.</i>	Ablativo	<i>d'os,</i> <i>n-os, pel-os.</i>	Abl.	<i>d'a, n-a,</i> <i>pel-a.</i>	Abl.	<i>d'as, n-as,</i> <i>pel-as.</i>

FIGURA 4 – Tâbuas de declinação dos artigos “o” e “a” em Lobato (1770)
Fonte: Lobato (1770, p. 16).

Outras lições do Livro I de Lobato (1770) apresentam tâbuas de casos e declinações semelhantes. Citemos mais três exemplos: a Lição III, sob título “Da declinação dos Nomes Substantivos” (p. 18-26), traz a declinação dos nomes substantivos próprios (número singular) e apelativos (números singular e plural, gênero masculino e feminino) nos mesmos casos da declinação dos artigos e no caso vocativo; outra Lição III (provavelmente um lapso de edição), de título “Da declinação dos Nomes Adjetivos” (p. 27-33), arrola a declinação dos adjetivos de uma e de duas formas, nos mesmos seis casos dos substantivos; e a Lição VI, nomeada “Da declinação dos Pronomes Demonstrativos” (p. 39-44), aborda a declinação dos pronomes de primeira, segunda e terceira pessoa do singular e do demonstrativo “isto” nos cinco casos da declinação dos artigos e, nas tâbuas dos pronomes “tu” e “vós”, também no caso vocativo.

Diante desse espelhamento estrutural entre as línguas latina e portuguesa apresentado como ponto central das gramáticas de linhagem latinizada, em geral essas obras entendem que “[a] Syntaxe, em quanto á substancia, he a mesma que a Latina” (LOBATO, 1770, p. XLV). A figura 5, a seguir, ilustra as redes taxonômicas da sintaxe da oração em Barros (1540), Argote (1725) e Lobato (1770), a partir das quais podemos observar a recorrência de uma espécie de “sintaxe de casos”, em que nomes declinados se ligam ao verbo da oração:

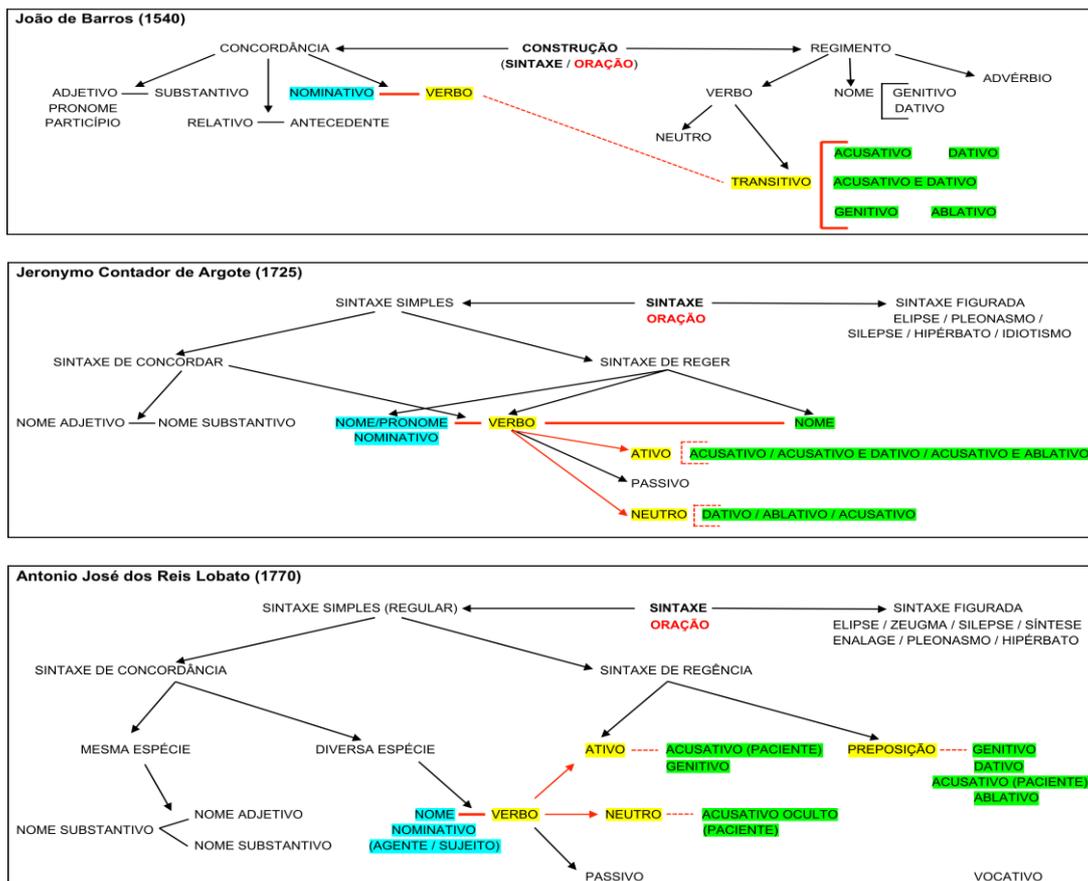


FIGURA 5 – Redes taxonômicas da sintaxe da oração em Barros (1540), Argote (1725) e Lobato (1770)
 Fonte: Vieira (2020b, p. 102-103)

Se comparamos as redes taxonômicas de cada uma dessas três gramáticas, veremos que as diferenças envolvendo classificações, metatermos e hierarquias de categorias não são poucas. Por outro lado, todas as três obras elaboram descrições sintáticas centradas, de um lado, na relação de concordância estabelecida pelo verbo e o caso nominativo e, de outro lado, na relação de regimento (regência) entre o verbo e os demais casos latinos, com exceção do vocativo.

Em síntese, as gramáticas latinizadas são instrumentos linguísticos que explicitam retórica, normativa e analiticamente sua vinculação à gramática latina. Essa linhagem – progressivamente abandonada, principalmente na França logo no início do século 18 – foi ainda praticada na gramatocografia do português até os fins de tal século, num claro anacronismo doutrinal que teve sua última grande sistematização na *Arte* de Lobato (1770).

2. A linhagem racionalista e a crítica às gramáticas latinizadas

A linhagem gramaticográfica racionalista nasceu da perspectiva logicista e universalizante adotada por autores europeus que escreveram gramáticas do latim no século 16, em especial o italiano Júlio César Escalígero (1484-1558) e o espanhol Francisco Sanchez de las Brozas (1523-1600). O primeiro escreveu *De causis linguae latinae* (1540) e o segundo, *Minerva – seu de causis linguae latinae* (1587).

Essas obras se opunham à tradição humanista, representada principalmente por outro autor italiano, Lorenzo Valla (1407-1457), e sua *Elegantiae linguae latinae*, publicada em 1444. Enquanto Valla – plenamente inserido no Humanismo italiano – produziu uma gramática do latim fundada no uso dos autores latinos clássicos, Escalígero e Sanchez de las Brozas defendiam que a gramática deveria estar fundada não no uso, mas na *ratio* (cf. APEL, 1975). Tratava-se, para eles, não de glorificar as belezas estilísticas da *latinitas*⁹, mas de investigar as causas e os princípios racionais ordenadores das estruturas linguísticas.

Nesse sentido, são ilustrativas as asserções de Sanchez de las Brozas apresentadas a seguir. As duas primeiras, extraídas do capítulo 1 do Livro I, justificam o título *Minerva – seu de causis linguae latinae*. A última asserção, agora do capítulo 2 do Livro I, retoma, com outras palavras, a condenação do dito “O mestre o disse”:¹⁰

Quae causa fuit, ut has nostras vigiliis, *Minerva*, seu *de causis linguae Latinae*, inscriberemus; quia cujus libet quaestionis causas & vera principia eruere conamur; improbantes cum Cicerone, Pythagoricum illud, *Ipse dixit*. (SANCHEZ DE LAS BROZAS, 1761 [1587], p. 8)¹¹

Relinquum est igitur, ut omnium rerum ratio primum adhibeatur, tum deinde, si fieri poterit, accedant testimonia, ut res ex optima fiat illustrior. (SANCHEZ DE LAS BROZAS, 1761 [1587], p. 7-8)¹²

Quoniam res, de qua agimus, ratione primum, deinde testimoniis & usu, est comprobanda, nemo mirari debet, si magnos interdum viros non sequamur; nam quantacunque auctoritate mihi Grammaticus

⁹ *Latinitas*, decalque do grego *Hellenismós*, pode ser entendido como um modelo identitário romano que se dava pelo viés da língua correta, adequada e destituída de “vícios”. Uma espécie de latinidade linguística pura, original e ideal que estaria presente nos textos da tradição poética romana e na linguagem dos cidadãos romanos cultos, em oposição não só às línguas estrangeiras, mas também aos diferentes usos do latim vulgar (FORTES, 2012).

¹⁰ O texto latino foi retirado da edição publicada em Amsterdam, em 1761. Nossas traduções para o português tomaram como base a tradução para o espanhol da edição organizada por Sánchez Salor & Caparro Gómez (1995).

¹¹ No português: “Por que chamei de *Minerva* ou *Causas da Língua Latina* a este produto das minhas insônias? Porque pretendo descobrir a causa e o verdadeiro princípio de cada questão, desaprovando, junto com Cícero, o dito pitagórico: ‘O mestre o disse.’”

¹² No português: “Em síntese, pois, há que se dar, em primeiro lugar, a explicação racional das coisas e só depois, se possível, virão os testemunhos, para que as coisas se convertam de boas em claras.”

polleat, nisi ratione propositisque exemplis, quod dixerit, confirmaverit, nullam in re praesertim grammatica fidem faciet. (SANCHEZ DE LAS BROZAS, 1761 [1587], p. 8)¹³

Essa perspectiva gramaticográfica desembocou na *Grammaire générale e raisonnée de Port-Royal* (em português, *Gramática de Port-Royal ou Gramática Geral e Razoada*), publicada em 1660 pelos franceses Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695). Esta obra se consolidou como o modelo da gramática dita racionalista ou filosófica. Seus autores defendiam que fossem investigados “os verdadeiros fundamentos da arte de falar” (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660], p. 5), tendo como objeto, portanto, não apenas o uso da língua, mas também o conhecimento de suas razões.

Essa segunda linhagem chegou muito tardiamente à gramaticografia do português. Embora Contador de Argote e Reis Lobato tenham feito referência a Port-Royal nos Preâmbulos de suas gramáticas, o modelo racionalista não teve nelas, de fato, nenhum rendimento. Eram ainda, como vimos, gramáticas latinizadas. O modelo da gramática geral e razoada só terá efetivo impacto na gramaticografia portuguesa com Jeronymo Soares Barbosa (1737-1816), já no início da terceira década do século 19. A *Grammatica philosophica da língua portuguesa ou principios da grammatica geral applicados á nossa lingua-gem*, de Soares Barbosa (1822), se contrapõe explicitamente às gramáticas latinizadas e reivindica outras possibilidades descritivas, conforme se argumenta em sua “Introdução”:

Portugal conheceo Grammaticas Portuguezas ainda antes que outras nações civilizadas tivessem huma na sua Lingua. Quando Ramos em 1572 publicou a primeira Grammatica da Lingua Franceza; ja Portugal tinha a de João de Barros, dada á luz em 1539, e a de Fernão de Oliveira em 1552. Estas forão seguidas do Methodo Grammatical de Amaro de Roboredo, impresso em Lisboa em 1619, da Grammatica do P. Bento Pereria em Londres no de 1672, da de D. Jeronymo Contador d'Argote em Lisboa 1721, e finalmente da de Antonio Jose dos Reis Lobato em 1761.

Mas todas estas Grammaticas, além de muitos erros e defeitos particulares, que nos seus lugares notarei, tem o **commum de serem huns systemas meramente analogicos, e fundidos todos pela mesma fôrma das Grammaticas Latinas**; e nesta mesma consideração ainda mui imperfeitos por falta de muitas observações necessarias sobre o genio particular e character da Lingua Portugueza. **Grande parte destes defeitos emendou ja o auctor dos Rudimentos da Grammatica Portugueza, impressos em Lisboa em 1799**, tomando por guia quasi em tudo a *Grammatica da Lingua Castelhana composta pela Real Academia Hespanhola*, a qual entre as das Linguas vulgares tem merecido hum distincto louvor.

Esta Grammatica porêem he mais hum systema analogico de regras e exemplos, do que Logico; e posto que reforme muitos abusos das antigas Grammaticas, segue comtudo a mesma trilha, e desamparando os principios luminosos da Grammatica geral e razoada, multiplica em demazia as regras, que poderia abbreviar mais reduzindo-as a ideias mais simples e geraes (SOARES BARBOSA, 1822, p. XI-XII, grifos nossos).

O excerto acima evidencia o afastamento retórico das gramáticas latinizadas promovido por Soares Barbosa (1822), que lista e critica um conjunto de instrumentos gramaticais portugueses “fundidos todos pela mesma fôrma das Grammaticas Latinas” e “mui imperfeitos por falta de muitas observações necessarias sobre o genio particular e character da Lingua Portugueza”. Esta obra não descreve, portanto, os nomes e outras partes do discurso espelhando as tábuas latinizadas de casos e

¹³ No português: “Posto que o tema de que tratamos há de ser demonstrado primeiro com a razão, depois com testemunhos e com o uso, ninguém deve estranhar se não sigo os homens ilustres. É que, por mais autoridades em que se apoie o gramático, se não demonstra o que diz com a razão e com exemplos, não será digno de crédito em nada e menos ainda em gramática.”

declinações. Entretanto, sua rede taxonômica da sintaxe da oração, embora situada no âmbito da *construção* e não diretamente subordinada às relações explícitas de concordância e regência, continua se valendo dos casos latinos nominativo, genitivo, acusativo, ablativo e dativo, ainda que também incorpore a terminologia da “sintaxe das relações” e se valha das noções de sujeito, verbo substantivo, atributo e complemento circunstancial:

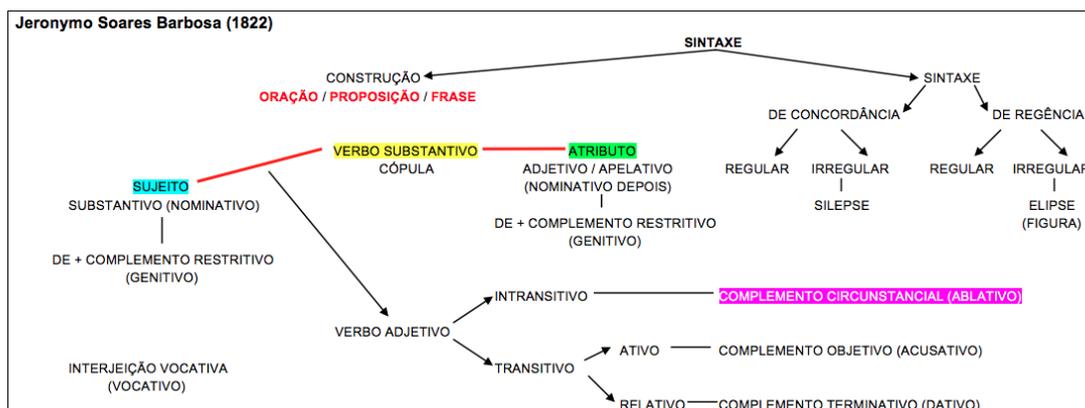


FIGURA 6 – Rede taxonômica da sintaxe da oração em Soares Barbosa (1822)
 Fonte: Elaboração própria.

Ainda em relação ao excerto introdutório de Soares Barbosa (1822), gostaríamos de frisar a referência feita nele aos *Rudimentos da Grammatica Portuguesa*, a já citada obra do português Pedro José da Fonseca (1737-1816), publicada em 1799. Apesar de situar a gramática de Fonseca fora da perspectiva lógico-racionalista e acusá-la de ser “mais hum systema analogico de regras e exemplos”, Soares Barbosa (1822) também reconhece que os defeitos das gramáticas latinizadas, oriundos da descrição gramatical submetida às regras da língua latina e avessa ao gênio da língua portuguesa, foram “emendados” por Fonseca (1799). De acordo com Soares Barbosa (1822), portanto, os *Rudimentos da Grammatica Portuguesa* não estariam submetidos nem à linhagem latinizada, nem à linhagem racionalista, o que ajuda a nos conduzir à ideia de uma terceira via gramaticográfica: a de *linhagem empirista*.

3. A linhagem empirista

O que estamos chamando aqui de *terceira via gramaticográfica* não é tratado assim nas histórias das gramáticas das línguas modernas que cobrem o período que vai até o início do século 19. Essas histórias, em geral, mencionam apenas as gramáticas latinizadas e as gramáticas racionalistas (filosóficas). No entanto, acreditamos ser preciso incorporarmos essa tendência empirista em nossos panoramas historiográficos, sobretudo para podermos compreender vários eventos da gramaticografia do século 18 que repercutiram para além de seu tempo.

A linhagem empirista aparece na gramaticografia francesa já no início do século 18. Seu primeiro defensor é Claude Buffier, cuja *Grammaire Française sur un plan nouveau pour rendre les principes plus clairs & la pratique plus aisée*¹⁴ foi publicada em 1709.

Buffier (1709) conceitua gramática como: “l’Art de réduire à certaines règles le langage ordinaire des hommes”¹⁵ (p. 1). O foco da gramática, diz ele, deve ser o uso, a língua como ela é, “le propre caractere d’une langue”¹⁶ (p. 8). Por isso, critica os gramáticos que quiseram aplicar “celle qui étoit propre d’une langue à une autre langue toute differente”¹⁷ (p. 8). Na sequência, se refere aos que, sob o pretexto de que o francês vem do latim, escreveram gramáticas francesas “sur le plan des Grammaires Latines”¹⁸ (p. 8). Nesse ponto, reconhece que muitas palavras do francês têm origem latina, mas acrescenta que, quanto a “le tour des expressions qui sont le propre caractère d’une langue, le François est aussi différent du Latin que de quelque autre langue que ce soit”¹⁹ (p. 8-9).

É verdade que Buffier (1709) faz uma referência à *Gramática de Port-Royal*, reconhecendo-lhe a qualidade das conceituações. Porém, diz que tais princípios não podem de forma alguma ser aplicados à prática gramatical como são aplicados os princípios que ele busca estabelecer em sua obra. Por isso, afirma que preferiu fazer o plano de sua *Grammaire Française* independentemente do plano da *Gramática de Port-Royal*. Para Buffier (1709), embora muitos achem que a Gramática, como arte ou ciência, tem seus princípios, sua forma e sua natureza antes de todas as línguas, e que as línguas, portanto, é que devem se ajustar à Gramática, a verdade é outra: “c’est essentiellement à la Grammaire de s’ajuster aux langues pour lesquelles elle est faite, & dont elle n’est pour ainsi dire que le témoin, ou l’analyse. Les langues n’ont pas été faites pour la Grammaire, mais la Grammaire pour les langues”²⁰, sentencia Buffier (1709, p. 8).

Trata-se, portanto, de uma perspectiva claramente empirista, descritivista, com foco nas diferenças e nos usos e, portanto, contra a adoção de um modelo gramatical latino para descrever o francês. Estão aí já claramente condenadas as gramáticas latinizadas.

¹⁴ No português, algo como: *Gramática Francesa sobre um plano novo para tornar os princípios mais claros e a prática mais fácil*.

¹⁵ No português: “a arte de reduzir a certas regras a linguagem ordinária dos homens”.

¹⁶ No português: “o caráter próprio de uma língua”.

¹⁷ No português: “o que era próprio de uma língua a uma outra língua inteiramente diferente”.

¹⁸ No português: “sobre o plano das gramáticas latinas”.

¹⁹ No português: “a forma das expressões que constituem o caráter próprio de uma língua, o francês é tão diferente do latim como de qualquer outra língua”.

²⁰ No português: “cabe essencialmente à Gramática se ajustar às línguas para as quais é feita, e das quais não é, por assim dizer, mais que a testemunha, a análise. As línguas não foram feitas para a Gramática, mas a Gramática para as línguas”.

Ainda no “Prefácio”, Buffier (1709, p. X) diz que seu objetivo é “exposer les principes de notre langue conformément à l’usage présent”²¹. Não nega que haja pontos de convergência entre todas as línguas, aceitando, assim, uma perspectiva generalista. Mas diz que essa “ordem natural” dada às línguas pela ordem do pensamento é muito simples e muda pelos diversos usos das línguas particulares, conjuntos de expressões que variam ao infinito:

En effet les premiers éléments de toutes les langues se réduisent aux expressions qui signifient 1°. Le sujet dont on parle, 2°. ce qu’on en affirme, 3°. les circonstances de l’un & de l’autre: mais comme chaque langue a ses manières particulières, & variées à l’infini, pour exprimer chacun de ces choses, il faut regarder les langues comme un amas d’expressions que le hazard ou la fantaisie a uniquement établies parmi un certain nombre d’hommes, ou une certain nation²² (BUFFIER, 1709, p. 9-10).

Buffier (1709, p. 10) também afirma que:

Il en faut dire autant de l’usage qui est la règle d’une langue; cet usage a son empire par lui-même indépendamment de la raison: ainsi la raison n’a proprement rien à faire par rapport à une langue, sinon de l’étudier & de l’apprendre telle qu’elle est, ou d’inventer un moyen de la faire étudier & de la faire apprendre telle qu’elle est.²³

“Estudar a língua tal qual ela é” é um *slogan* claramente empirista. No velho embate *ratio/uso*, Buffier (1709) põe o uso em primeiríssimo plano. E acrescenta que um plano justo e verdadeiro de Gramática deve apenas fornecer as regras que possam reduzir os modos de falar usados na língua.

Muito do que disse Buffier neste início de sua *Grammaire Française* vamos encontrar 60 anos depois, quase *ipsis litteris*, na gramática de Cesar Du Marsais, publicada postumamente em 1769, sob o título *Logique et Principes de Grammaire*²⁴. Du Marsais, do mesmo modo que Buffier, criticava os gramáticos que seguiam o “método latino”, bem como defendia que a gramática de uma língua nunca deveria ser regulada pelas formas da gramática de outra língua e que as regras de uma língua só desta mesma língua deveriam ser tomadas. Considerando esse discurso de Du Marsais, podemos supor que a *Grammaire Française* de Buffier teve grande repercussão na França a partir de então. Nesse sentido, vale lembrar também que Nicolas Beauzée, já na segunda metade do século 18, deu-se ao trabalho de fazer uma menção crítica a Buffier no verbete sobre Gramática da *Encyclopédie* (cf. BEAUZÉE, 2015 [1757], p. 331-332).

²¹ No português: “expor os princípios da nossa língua em conformidade com o uso atual”.

²² No português: “De fato, os primeiros elementos de todas as línguas se reduzem às expressões que significam 1° o sujeito do qual se fala, 2° o que se afirma dele, 3° as circunstâncias de um e de outro; mas, como cada língua tem suas maneiras particulares, e variam ao infinito para expressar cada uma dessas coisas, é preciso olhar as línguas como um conjunto de expressões que o acaso ou a fantasia estabeleceu singularmente entre um determinado número de pessoas ou uma determinada nação”.

²³ No português: “O mesmo se deve dizer sobre o uso que é a regra de uma língua; esse uso tem seu domínio independentemente da razão: desse modo, a razão nada tem propriamente a fazer em relação a uma língua a não ser estudá-la e ensiná-la tal qual ela é, ou de criar um meio de ensiná-la e de aprendê-la tal qual ela é”.

²⁴ No português, algo como: *Lógica e Princípios de Gramática*.

De igual modo, Beauzée, no mesmo verbete, dialoga criticamente também com outra gramática de linhagem empirista (cf. BEAUZÉE, 2015, p. 335): *Les vrais principes de la langue françoise ou la parole réduite en méthode conformément aux loix de l'usage*²⁵, escrita por Gabriel Girard e publicada em 1747, quase 40 anos depois da gramática de Buffier. Trata-se, dessa forma, de dois gramáticos que mereceram ser referenciados e debatidos pelo grande pensador da teoria gramatical exposta na *Encyclopédie*, o que nos parece sinalizar – repetamos – o impacto de ambas no pensamento gramatical francês do século 18.

Em Girard (1747, p. 21-22), aparece com todas as letras a afirmação de que cada língua tem seu próprio gênio e os gramáticos devem conhecer bem sua natureza. O foco da gramática é também o uso, ainda que o uso dos “polidos”, dos que cultivam a arte da fala. Diz ele: “il s'apprend à la Court & dans la Capitale”²⁶. A ideia de uso, assim, não corresponde ao uso do “bas peuple de Paris”²⁷, nem das pessoas das províncias “qui n'ont été ni à Paris ni à la Court”²⁸, muito menos ao uso dos falantes de *patois*.

Girard (1747) segue aqui diretamente a doutrina formulada por Marcus Fabius Quintilianus (Quintiliano) (35-95), na sua obra *Instituição Oratória*, publicada em 95 da nossa era. Nela, Quintiliano, depois de dizer que “consuetudo uero certissima loquendi magistra”²⁹ (Livro I, VI, p. 126), vai qualificar sua afirmação, asseverando que não é qualquer uso que servirá de referência, mas o “consensum eruditorum”³⁰ (Livro I, VI, p. 146). É bom registrar que, desde a descoberta do manuscrito dessa obra no século 15, Quintiliano era uma referência constante na gramaticografia das línguas modernas.

Por outro lado, Girard (1747) vai repetir a tópica do gênio próprio da língua em vários pontos da sua gramática. Faz uma primeira classificação tipológica das línguas em *analógicas*, que seguem a ordem “natural” SVO, têm artigos e não têm casos, como o francês e o italiano; *transpositivas*, cuja ordem é livre e que têm casos e não têm artigos, como o latim e o russo; e *mistas*, que têm artigos e casos, como o grego. Conceitua Gramática como a arte de ensinar metodicamente tudo o que o uso introduziu e autorizou na língua seja para falar, seja para escrever corretamente. Além disso, diz que a Gramática “doit former ses définitions sur la nature des choses: tirer ses préceptes de la pratique & du propre génie de la langue; qu'elle traite surtout éviter l'écueil ordinaire, qui est d'adapter aux

²⁵ No português, algo como: Os verdadeiros princípios da língua francesa ou a fala reduzida em método de acordo com as leis do uso.

²⁶ No português: “Aprende-se [o uso] na Corte e na capital”.

²⁷ No português: “gente de classe baixa de Paris”.

²⁸ No português: “que não estiveram nem em Paris, nem na Corte”.

²⁹ No português: “o uso é o mais seguro mestre do falar”.

³⁰ No português: “consenso dos eruditos”.

lingues analogues ce qui ne convient qu'aux transpositives"³¹ (GIRARD, 1747, p. 35-36). Há aí uma crítica direta aos procedimentos das gramáticas latinizadas, o que se repete em:

En un mot la Grammaire en générale [...] est l'art de traiter chaque langue suivant ses usages & son propre génie. Qu'on se détache donc de l'habitude de parler Grammaire uniquement dans le gout latine; puisqu'il en est un autre dont cet art est susceptible; & que chacun d'eux ayant sa convenance selon le différent génie des langues, ils ne peuvent ni ne doivent être substitués l'un à l'autre³² (GIRARD, 1747, p. 38).

Diríamos que há muito a se investigar ainda nos estudos gramaticais que vieram depois da gramática de Girard (1747), em especial analisar o trabalho de Noël François de Wailly, *Principes Généraux et Particuliers de la Langue Française*³³. Publicada em 1754, a obra teve 12 edições até 1795 e, apesar de ser uma gramática voltada à descrição do uso e não uma gramática filosófica, foi elogiada por Beauzée, em sua monumental *Grammaire Générale, ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*³⁴, como a melhor das suas contemporâneas (cf. BEAUZÉE, 1767, tomo II, p. 79).

Wailly (1754, p. 1) começa seu texto dizendo:

La Grammaire est l'art de parler et d'écrire. Tout art suppose une méthode et des règles. L'art grammatical est donc le développement méthodique des règles que l'on doit suivre pour rendre ses idées, soit que l'on parle, soit que l'on écrive. Ces règles ont pour base le bon usage, c'est-à-dire, la manière dont les personnes bien élevées, et les bons auteurs ont coutume d'écrire et de parler.³⁵

Ainda na primeira página, numa extensa nota de rodapé, Wailly (1754) comenta a diferença entre a gramática geral e a gramática particular. Faz uma crítica severa à primeira, dizendo que ela, como todas as ciências especulativas, atrai os que querem se aprofundar em pesquisas muitas vezes mais curiosas que úteis. Essas pesquisas, diz ele, interessam aos gramáticos, mas, por serem frequentemente inúteis, não interessam às pessoas em geral. E assim conclui a nota: “la plupart des traités qu'on offre au public sous le titre fastueux de Grammaire générale, ne sont que des Grammaires

³¹ No português: “deve formar suas definições sobre a natureza das coisas: tirar seus preceitos da prática e do próprio gênio da língua e tratar sobretudo de evitar o perigo comum que é adaptar às línguas analógicas o que só convém às transpositivas”.

³² No português: “Em uma palavra, a gramática em geral [...] é a arte de tratar cada língua seguindo seus usos e seu próprio gênio. Destaquemo-nos, pois, do hábito de falar de gramática unicamente à maneira latina; visto que é outra a maneira de que esta arte é passível de tratamento; e que cada uma delas tendo sua conformidade segundo o gênio diferente das línguas, não podem nem devem ser substituídas uma pela outra”.

³³ No português, algo como: *Princípios Gerais e Particulares da Língua Francesa*.

³⁴ No português, algo como: *Gramática Geral, ou exposição razoada dos elementos necessários da linguagem para servir de base ao estudo de todas as línguas*.

³⁵ No português: “A gramática é a arte de falar e escrever. Toda arte supõe um método e regras. A arte gramatical é, portanto, o desenvolvimento metódico das regras que se deve seguir para expressar as ideias seja na fala, seja na escrita. Essas regras têm por base o bom uso, isto é, a maneira como as pessoas bem elevadas e os bons autores têm o costume de escrever e de falar”.

particulières à-la-fois enflées et déguisées par quelques lambeaux d'une métaphysique triviale qui, en se traînant sur les idées les plus claires, parvient à les obscurcir"³⁶ (p. 1).

Buffier (1709), Girard (1747) e Wailly (1754) somam aproximadamente 50 anos de reflexão gramatical de base empirista durante o século 18. Sabendo que a gramaticografia francesa impactava os estudos gramaticais da Espanha e de Portugal, não é estranho que a *Gramática de la Lengua Castellana compuesta por la Real Academia Española*, cuja primeira edição é de 1771, e os *Rudimentos da Grammatica Portuguesa* de Pedro José da Fonseca, publicado em 1799, sigam precisamente essa perspectiva empirista. Quanto à gramaticografia portuguesa, teremos de chegar também a Condillac e à gramática que consta do seu *Cours d'étude pour l'instruction du Prince de Parma*³⁷, publicado em 1775. Trata-se de uma gramática fundamentalmente empirista, que vai repercutir em algumas gramáticas de língua portuguesa elaboradas a partir de então. Por exemplo, Fonseca (1799) faz uma referência a esse autor no "Prólogo" dos seus *Rudimentos* e Antonio Moraes Silva, já nos primeiros anos do século 19, precisamente em 1806, no *Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa*, o apontará como uma de suas fontes.

Mas vejamos mais de perto o alcance da linhagem empirista na gramaticografia de língua espanhola na segunda metade do século 18. A história da *Gramática de la Lengua Castellana* da Real Academia Espanhola (RAE) nos revela os conflitos entre os dois modelos teórico-analíticos correntes na época que se apresentavam como uma alternativa gramaticográfica ao modelo latinizado: uma gramática geral e razoada (linhagem racionalista) e uma gramática descritiva (linhagem empirista). Ou ainda, para não perdermos o longo fio da história, o antigo debate sobre o que deve ter primazia, se a *ratio* ou o uso. Diante disso, repassemos brevemente a história inicial da Gramática da RAE para deixar explícita a dimensão desse conflito.

Em 1741, a RAE, tendo já publicado seu *Diccionario de Autoridades (1726-1739)*³⁸ e sua *Ortographia española (1741)*, se voltou para a Gramática, constituindo a primeira comissão para a sua redação. Nas "Actas de la RAE", Libro V, de 8/2/1742 (*apud* SARMIENTO, 1978, p. 112), há registro de que os trabalhos da comissão estavam em andamento e se lê um trecho em que fica claro o primeiro grande dilema sobre como deveria ser a Gramática. Os acadêmicos deveriam decidir se seria feita uma gramática unindo regras e seus fundamentos ou se seria mais adequado formar um tratado só com as regras. Ou seja, saber se seria uma gramática razoada (regras e seus fundamentos) ou se seria uma gramática descritiva (só as regras). Um dos membros da Comissão, Francisco Antonio de Angulo (?-1775), responsável pela redação do "Proyecto Gramatical", isto é, o plano da obra, se manifestava

³⁶ No português: "a maior parte dos tratados que são oferecidos ao público sob o título pomposo de gramática geral não são mais que gramáticas particulares inchadas e mascaradas com alguns retalhos de metafísica trivial que, espalhados sobre as mais claras ideias, conseguem obscurecê-las".

³⁷ No português, algo como: *Curso de estudo para a instrução do Príncipe de Parma*.

³⁸ Trata-se do *Diccionario de la Lengua Castellana, en que se explica il verdadeiro sentido de las voces, su naturaliza y calidad, com las phrases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua*.

contrário a que se adotasse o modelo do que chama “gramática disertada”³⁹ e, remetendo-se a “um célebre gramático moderno” (que não identifica), afirma:

un verdadero y exacto plan de gramática es únicamente aquel que, suponiendo una lengua introducida por el uso, y sin pretender alterar ni mudar nada de ello produce solamente las reflexiones llamadas reglas, a las cuales se pueden reducir los modos de hablar usados en esta lengua, y que este conjunto de reflexiones es el que se llama gramática⁴⁰ (ACTAS DE LA RAE, 1742, *apud* SARMIENTO, 1978, p. 113).

Esses registros nos levam a crer fortemente que, afora o modelo mais estritamente latinizado que dava o parâmetro para as primeiras gramáticas das línguas modernas, estavam, em meados do século 18, coocorrendo o modelo proposto pela Gramática de Port-Royal, que poderíamos qualificar de racionalista e que dava primazia à *ratio*, e um outro, que poderíamos qualificar de empirista e que dava primazia ao uso. Aparentemente, não estava em pauta a substituição de um modelo pelo outro, mas apenas a escolha do modelo mais adequado aos fins pretendidos com o projeto gramaticográfico da RAE. A propósito, o projeto em questão, parado até 1767, ao ser retomado seguiu a diretriz renunciada por Antonio de Angulo em 1742: uma gramática que reduz os usos a regras; em outras palavras, uma gramática descritiva.

Acreditamos que essas duas tendências coocorrentes – e, de certa forma, concorrentes – são, nos estudos gramaticais, efeito do debate mais amplo que se dava no âmbito da teoria do conhecimento. E a prevalência de uma perspectiva empirista na França e vitoriosa na Espanha mostra o quanto a epistemologia empirista predominava à época.

O século 17 traz de volta para o primeiro plano a questão do conhecimento. Embora essa seja, claro, a questão clássica da filosofia, reaparece com força no 17 em decorrência da repercussão da teoria heliocêntrica do Sistema Solar de Nicolau Copérnico (1473-1543) e de todo o debate e de todas as investigações astronômicas de Johannes Kepler (1571-1630), Galileu Galilei (1564-1642) e Isaac Newton (1643-1727) que atravessaram o século e constituíram o que veio a ser chamado de Revolução Científica (cf. GLEISER, 1997; TARNAS, 1999).

Assim, de meados para o fim do século 17, estavam em cena duas grandes tendências interpretativas do processo do conhecimento: uma racionalista, que postulava uma dinâmica hipotético-dedutiva, considerando que assim tinha sido, no fundo, o raciocínio de Copérnico; e outra empirista, que postulava uma dinâmica indutivo-generalizante, que dava grande ênfase ao papel das observações sistemáticas. Descartes (1596-1650) foi, certamente, a grande figura da primeira tendência e Francis Bacon e John Locke, da segunda. Essas duas tendências tiveram, sem dúvida, seu impacto no discurso gramatical, resultando no que estamos chamando de linhagem racionalista, preocupada em

³⁹ Embora Antonio de Ângulo não explique o termo, o contexto nos permite entender “disertada” (dissertada) como equivalente a “razoada”. Quem compõe uma gramática “disertada” não apenas descreve as regras, mas também “disserta” sobre as regras, apresentando seus fundamentos.

⁴⁰ No português: “Um verdadeiro e exato plano de gramática é unicamente aquele que, supondo uma língua introduzida pelo uso, e sem pretender alterar nem mudar nada dele produz somente as reflexões chamadas regras, às quais se pode reduzir os modos de falar usados nessa língua, e que esse conjunto de reflexões é o que se chama de gramática”.

conhecer as razões universais da língua, e a linhagem empirista, dedicada a descrever os usos particulares da língua.

Vejamos agora como o modelo empirista adentra na gramaticografia portuguesa no apagar das luzes do século 18.

3.1. *Rudimentos da Grammatica Portugueza*, de Pedro José da Fonseca (1799)

O modelo empirista ou descritivo chegou tardiamente em Portugal. Só vai fundamentar uma gramática do português em 1799. Trata-se da obra *Rudimentos da Grammatica Portugueza, cômmodos á instrução da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*. O livro foi publicado sem identificação de autor, mas, posteriormente, foi atribuído a Pedro José da Fonseca.

Quem foi Pedro José da Fonseca? Sabemos que nasceu em 1736 e morreu em 1816. Foi Professor Régio de Retórica e Poética em Lisboa. Essa figura havia sido criada no contexto da reforma de ensino a que o governo do Marquês de Pombal deu início depois da expulsão dos jesuítas em 1759.

Pedro José da Fonseca fez parte da primeira leva de professores régios que foram nomeados, ainda em 1759, por notório saber e não por exame público. Mais tarde, participou como sócio fundador da criação da Academia das Ciências de Lisboa. Nessa condição, dirigiu a comissão encarregada da elaboração do *Diccionario da Lingoa Portugueza*, a ter a chancela da Academia. Esse Dicionário nunca foi, por razões de diversas ordens, além da letra A e teve esse seu único tomo publicado em 1793.

Pedro José da Fonseca ficou reconhecido entre os lexicógrafos da língua porque, além do primeiro tomo do Dicionário da Academia, produziu o *Dicionário português, e latino*, publicado em 1771-72, obra demandada pela reforma pombalina do ensino. Publicou também obras de poética – como *Elementos da poética, tirados de Aristóteles, de Horácio, e dos mais célebres modernos*, em 1765, e *Tratado de versificação portuguesa*, em 1777 – e obras de retórica, inclusive uma versão reduzida do tratado de Quintiliano. Além dos *Rudimentos da Grammatica Portugueza*, de 1799, publicou, em 1806, também anonimamente, os *Rudimentos da Orthographia Portugueza*, em cujo “Prólogo” declarou sua intenção de reunir as duas obras, o que acabou não acontecendo (cf. para maiores detalhes biográficos, MOURA, 2012).

Essa gramática é, sem dúvida, um marco importante da gramaticografia da língua portuguesa. Seu caráter inovador decorre, precisamente, de sua relação com o que viemos chamando aqui de uma terceira via corrente nos estudos gramaticais do século 18, a linhagem empirista. Ou seja, trata-se de uma gramática nem latinizada, nem filosófica.

É curioso observar, por conta de nossa hipótese dos vínculos da *Gramática* da RAE e dos *Rudimentos* de Fonseca com a tradição empirista criada na França do século 18, que Fonseca cita, no “Prólogo” de sua gramática (p. VII), um trecho da *Logique et Principes de Grammaire* de Du Marsais (1769), em que este critica os gramáticos que seguiam o “método latino” e, ao mesmo tempo, defende que a gramática de uma língua nunca seja regulada pelas formas da gramática de outra língua e que as regras

de uma língua só desta mesma língua devem ser tomadas – praticamente as mesmas palavras que Buffier escreveu em sua *Grammaire Françoise* de 1709, conforme mencionamos anteriormente.

Do mesmo modo, Fonseca (1799) faz, ainda no “Prólogo”, duas referências a Condillac (p. V e VIII), cuja Gramática, embutida no *Cours d'étude pour l'instruction du Prince de Parma* (1775), era também de base empirista – lembrando que Condillac, como filósofo, radicalizou, em sua teoria do conhecimento, as concepções empiristas de John Locke.

Por outro lado, é interessante notar também que Pedro José da Fonseca foi o único gramático a merecer elogios de Soares Barbosa na introdução de sua *Grammatica philosophica*, em contraste com as críticas fortes que este fez aos demais gramáticos citados. Já mostramos que Soares Barbosa (1822) elogiou os *Rudimentos da Grammatica Portuguesa* com ressalvas, é verdade, criticando a obra por ser ainda, em suas palavras, um sistema analógico e não lógico. No entanto, o destacou positivamente dentre os demais gramáticos como alguém que emendou grande parte dos defeitos das gramáticas anteriores.

Há, curiosamente, vários aspectos em comum nas trajetórias de Fonseca e de Soares Barbosa. Eles foram contemporâneos. Nasceram com um ano de diferença (Fonseca em 1736 e Barbosa em 1737) e morreram no mesmo ano (1816). Foram ambos professores de retórica, o primeiro em Lisboa e o segundo em Coimbra. Ambos tiveram vínculos com a Academia das Ciências de Lisboa. E, ainda, ambos trabalharam com a obra de Quintiliano: Fonseca, preparando uma versão latina reduzida, em latim, da *Instituição Oratória* (1774); e Soares Barbosa, fazendo a primeira tradução de boa parte da obra para o português (1788-1790).

É bom lembrar, neste ponto, que Soares Barbosa (1822, p. IX), ainda na “Introdução” à sua *Grammatica Philosophica*, distingue a gramática geral, que abrange “os usos e factos de todos, ou da maior parte dos idiomas conhecidos”, da gramática particular, “que tem por objecto tão somente os usos e factos de huma Lingua particular”. E acrescenta que “huma e outra póde ser, ou somente Practica e Rudimentaria, ou Philosophica e Razoada”. No primeiro caso, estão as gramáticas que não vão além das observações e regras práticas, constituindo “systemas Analogicos, a que de ordinario se reduzem quasi todas as Artes vulgares da Grammatica”. No segundo caso, estão as gramáticas que buscam “indagar e descobrir [...] o mecanismo da formação da Linguagem” e “as primeiras causas e razões dos procedimentos uniformes, que todas as Linguas seguem na analyse e enunciação do pensamento”. Soares Barbosa (1822, p. IX-X) conclui dizendo:

Toda a Grammatica Particular e Rudimentaria, para ser verdadeira e exacta nas suas definições, simples nas suas regras, certa nas suas analogias, curta nas suas anomalias, e assim facil para ser entendida e comprehendida dos principiantes; deve ter por fundamento a Grammatica geral e razoada. Porque, subindo estas ás razões e princípios geraes da Linguagem, he quem melhor póde dar noções dos signaes das ideas, descobrir todas as analogias de huma Lingua particular, e reduzir a ellas muitas anomalias, que os ignorantes contão por taes, não o sendo realmente.

É esta a base, portanto, para sua crítica ao autor dos *Rudimentos*. Apesar de ele ter emendado grande parte dos defeitos das gramáticas anteriores, não foi além, repitamos, de “hum systema analogico de regras e exemplos”, segundo Soares Barbosa (1822, p. XII). Em outras palavras, não se

fundamentou na gramática geral e razoada. E isso porque, ainda conforme Soares Barbosa (1822), seguiu em quase tudo a *Gramática de la Lengua Castellana* da RAE, publicada em 1771.

Curiosamente, Pedro José da Fonseca não faz, em nenhum momento de seu trabalho, referência à Gramática da RAE. No entanto, há alguns indicadores dessa sua filiação. Ele divide sua gramática em apenas duas partes, tal como tinha sido feito na Gramática da RAE: uma parte voltada para as classes de palavras e a outra, para a sintaxe. Fonseca trabalha com nove classes de palavras, assim como o faz a Gramática da RAE. Por fim, sua ênfase no caráter pedagógico da obra é também marca do instrumento linguístico RAE.

De qualquer modo, é bastante claro que os *Rudimentos* de Fonseca (1799), independentemente de sua filiação ao modelo gramaticográfico da RAE, é uma expressiva novidade na gramaticografia da língua portuguesa. Em primeiro lugar, por seu pioneirismo em abandonar o modelo estrito das gramáticas latinas. Não há mais, por exemplo, tábuas de declinações dos nomes e de outras categorias gramaticais, como mostramos haver nas gramáticas de Barros (1540), Argote (1725) e mesmo Lobato (1770). Por consequência, a sintaxe da oração, embora subordinada às relações de concordância e regência, não é mais analisada a partir da terminologia dos casos latinos (nominativo, genitivo, acusativo etc.), conforme se vê na Figura 7:

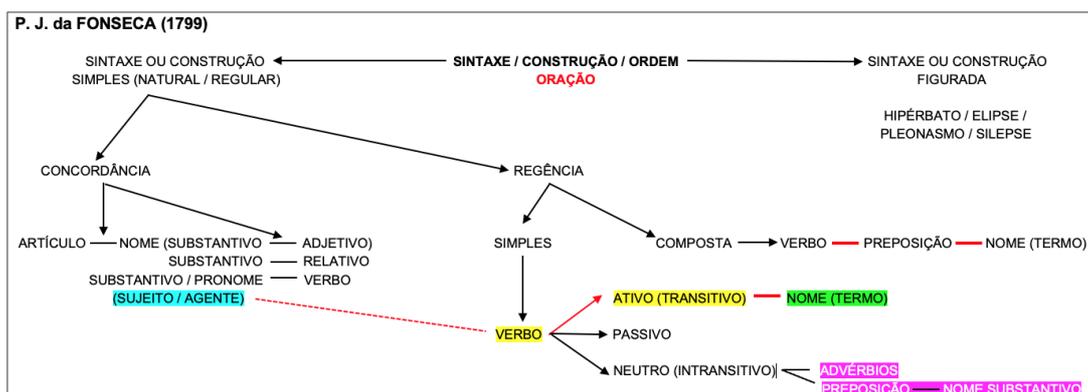


FIGURA 7 – Rede taxonômica da sintaxe da oração em Fonseca (1799)
 Fonte: Elaboração própria

Fonseca (1799) rompe, portanto, com a tradição das gramáticas latinizadas, embora, claro, siga o grande modelo gramatical greco-latino assentado no ensino das classes de palavras e na sintaxe de regência e concordância. Esse grande modelo é o que podemos chamar de “paradigma tradicional de gramatização” (cf. VIEIRA, 2018) ou simplesmente de “gramática tradicional” (cf. VIEIRA, 2020b), uma “maxiteoria” ou “tradição de pesquisa” – nos termos do filósofo da ciência Larry Laudan (1978) – que acolhe diferentes modelos teóricos.

Interessante lembrar, neste ponto, que mesmo a primeira gramática da língua portuguesa que incluiu o adjetivo “filosófica” no seu título, a *Grammatica Philosophica e Orthographia Rational da Língua Portuguesa, para se pronunciarem e escreverem com acerto os vocabulos d’este idioma*, escrita por Bernardo de Lima Melo Bacelar (1736-1787) e publicada em 1783, não passou de uma gramática latinizada

elementar e não seguiu, de fato, os preceitos da gramática filosófica e razoada. Talvez, por isso mesmo não tenha sido sequer incluída por Soares Barbosa no rol dos gramáticos que o precederam.

Um segundo aspecto inovador de Fonseca (1799) é sua abonação dos fatos e regras com exemplos literários, retirados de autores dos séculos 16 e 17. É o primeiro gramático da língua portuguesa a fazer isso. A fim de realizar tal propósito, se beneficiou do amplo estudo dos textos literários progressos para desenvolver seus trabalhos lexicográficos. Já na redação da “Planta para se formar o Dicionário” da então Academia Real das Ciências de Lisboa (cf. VERDELHO; SILVESTRE, 2007), Fonseca deixa clara sua disposição de operar uma seleção lexical escrupulosa com base num *corpus* extenso de abonações, fazendo o mesmo com seu trabalho gramatical, como está, aliás, informado no próprio título dos *Rudimentos*, “confirmados com selectos exemplos de bons Autores”.

Por fim, a gramática de Pedro José da Fonseca é fundamentalmente descritiva. Em vários momentos, se faz referência ao uso como supremo legislador. Há, claro, um capítulo sobre barbarismos e solecismos em que, como não podia deixar de ser, se mostra mais diretamente normativo. O conjunto, porém, é sobriamente descritivo. Ao falar de sintaxe, por exemplo, diz: “Essa syntaxe, construção, ou ordem consiste na união, encadeamento, ou estrutura das palavras, e frases, conforme ás **leis do uso**, e ao **genio particular** de cada huma das lingoas” (FONSECA, 1799, p. 209, grifo nosso).

Esses elementos todos singularizam Pedro José da Fonseca na história da gramática da língua portuguesa. Ao mesmo tempo, o colocam na terceira via analítica, a de linhagem empirista, como afirmamos antes. Não se trata de uma gramática latinizada, mas também não há nela o movimento retórico e analítico das gramáticas filosóficas. Nesse sentido, os *Rudimentos* se aproximam da Gramática da RAE, que também não é latinizada, nem filosófica, mas fundamentalmente descritiva, embora só sustente a exposição dos fatos e regras com exemplos criados e nunca com abonações literárias, que é o grande diferencial de Fonseca.

Portanto, Pedro José da Fonseca (1736-1816), autor de *Rudimentos da Grammatica Portugueza, cōmmodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*, obra publicada em 1799, é um marco fundamental da gramaticografia da língua portuguesa, ainda não devidamente reconhecido. Seu caráter inovador decorre de sua relação com o que chamamos aqui de linhagem empirista, a terceira via corrente nos estudos gramaticais no Ocidente a partir do século 18.

4. Considerações finais

A atitude descritivista, fundada numa concepção empirista do conhecimento, terá diferentes configurações teóricas durante os séculos seguintes. A língua como conjunto de expressões será reconfigurada na análise de constituintes imediatos do estruturalismo americano; o gênio da língua será reconfigurado na teoria da língua como um sistema autônomo, do estruturalismo europeu. A gramática como um conjunto de regras de uma língua particular será reafirmada, por meio de diferentes expressões, pelos autores brasileiros que se autoproclamaram, na gramaticografia portuguesa, seguidores da linguística histórico-comparativa e críticos das gramáticas filosóficas.

Várias questões precisam, claro, ser ainda investigadas nesse percurso do empirismo gramatical, especialmente para podermos analisar a gramaticografia brasileira do século 19 e 20 com menos ingenuidade historiográfica e libertos de generalizações nem sempre bem fundamentadas, a fim de construir relevantes narrativas descritivas, interpretativas e explicativas sobre como o conhecimento sintático foi e vem sendo adquirido, formulado, difundido, transformado, preservado, didatizado ou esquecido no contexto sociocultural brasileiro. Em todo caso, parece ser de bom alvitre identificar as origens dessa linhagem empirista na gramaticografia do francês do século 18 e suas primeiras manifestações na gramaticografia de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- Alvará Real. Alvará de 30 de setembro de 1770. In: *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás que comprehende o Feliz Reinado del Rei Fidelissimo D. José o I.* Tomo III. Lisboa: Na Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1801, p. 203-206.
- APEL, K. O. *L'idea di lingua nella tradizione dell'umanesimo da Dante a Vico*. Bologna: Il Mulino, 1975. 502p.
- ARGOTE, J. C. de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. Lisboa: Officina da Musica, 1725. 356p.
- ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal*. Trad. B. F. Bassetto e H. G. Muracho. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1660]. 227p.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. E. P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. 142p.
- BACELAR, B. de L. M. *Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Lingua Portuguesa, para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos d'este idioma*. Lisboa: S.T. Ferreira, 1783. 196p.
- BARBOSA, J. S. *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822. 466p.
- BARROS, J. de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Lisboa: Lodovicum Rotorigiu Typographum, 1540. 124p.
- BEAUZÉE, N. *Grammaire Générale, ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*. II Tomes. Paris: J. Barbou, 1767. 1.283p.
- BEAUZÉE, N. Gramática. In: DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. Org. P. P. Pimenta e M. G. Souza. Trad. P. P. Pimenta, M. G. Souza e L. F. do Nascimento. Vol. 2. São Paulo: Editora da UNESP, 2015 [1757], p. 329-344.
- BUFFIER, C. *Grammaire Française sur un plan nouveau*. Paris: Nicolas Le Clerc, Michel Brunet, Leconte et Montalant, 1709. 472p.
- CONDILLAC, E. de. Grammaire (Cours d'études pour l'instruction du Prince de Parme). In: *Oeuvres complètes de Condillac, revue, corrigées par l'auteur et imprimées sur ses manuscrits autographes*. Tome huitième. Paris: Chez Dufart, 1803, p. 3-384.

D'ALEMBERT, J. le R. Discours Preliminaire. In: *Encyclopédie, ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*. Tome Premier. Paris: Briasson, David, Le Breton, Durand, 1751, p. I-XLVII.

DIDEROT, D. Enciclopédia. In: DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. le R. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. Org. P. P. Pimenta e M. G. Souza. Trad. P. P. Pimenta, M. G. Souza e L. F. do Nascimento. Vol. 2. São Paulo: Editora da UNESP, 2015 [1755], p. 158-239.

DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. le R. *Encyclopédie, ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*. Tome Cinquième. Paris: Briasson, David, Le Breton, Durand, 1755. 1.011p.

DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. le R. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. Org. P. P. Pimenta e M. G. Souza. Trad. P. P. Pimenta, M. G. Souza e L. F. do Nascimento. 6 vol. São Paulo: Editora da UNESP, 2015-2017 [1751-1772].

DU MARSAIS, C. *Logique et Principes de Grammaire*. Paris: Briasson, Le Breton, Herissant, 1769. 324p.

FONSECA, P. J. da. *Rudimentos da Grammatica Portugueza, cômmodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799. 353p.

FORTES, F. da S. Uso, variação e norma na tradição gramatical latina. *Signum: Estudos Linguísticos*, Londrina, n. 15, v. 2, p. 197-214, dez. 2012.

GIRARD, L.-G. *Vrais Principes de la Langue Française, ou la parole réduite en méthode conformement aux lois de l'usage*. Tome I. Paris: Chez Le Breton, 1747. 432p.

GLEISER, M. *A dança do universo: dos mitos ao big-bang*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 434p.

LAUDAN, L. 2011. *O progresso e seus problemas: rumo a uma teoria do crescimento científico*. Trad. R. L. Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1978]. 352p.

LOBATO, A. J. dos R. *Arte da grammatica da Lingua Portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1770. 253p.

LOCKE, J. *An Essay Concerning Human Understanding*. Ed. by Kenneth P. Winkler. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1996 [1690]. 416p.

MORAES SILVA, A. *Epitome da Grammatica da Lingua Portugueza*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1806. 165p.

MOUNIN, G. *História da Linguística: das origens ao século XX*. Porto: Edições Despertar, 1970. 226p.

MOURA, T. M. T. de. *As ideias linguísticas portuguesas no século XVIII*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2012. 537p.

NEBRIJA, A. de. *Gramática de la lengua Castellana*. 1492. Disponível em:
http://www.filos.unam.mx/LICENCIATURA/Pagina_FyF_2004/introduccion/Gramatica_Nebrija.pdf. Acesso em: 18 set. 2017.

QUINTILIANO, M. F. *Instituição Oratória*. Tomo I, Livros I, II e III. Trad. Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Editora da Unicamp, 2015 [95]. 582p.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Gramática de la lengua castellana compuesta por la Real Academia Española*. Madrid, 1771. 376p.

ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Brasília: INL, 1979. 203p.

SANCHEZ DE LAS BROZAS, F. *Minerva, seu de causis linguae latinae*. *Commetarius Gasp. Scioppius & Jac. Perizoni*. Amstelaedami: Fratrum de Tournes, 1761 [1587]. 458p.

SANCHEZ DE LAS BROZAS, F. *Minerva, seu de causis linguae latinae*. Trad. para o espanhol: SÁNCHEZ SALOR, E.; CHAPARRO GÓMEZ, C. (Eds.). Cáceres, Institución Cultural El Brocense, 1995. Disponível em: <https://iessapostol.educarex.es/latin/minerva/index.html>. Acesso em: 10 set. 2021.

SARMIENTO, R. La Gramática de la Academia: Historia de una Metodología. *Revista Española de Lingüística*, Año 8, Fasc. 1, 1978, p. 105-115.

SWIGGERS, P. Gramaticografía e historiografía: una visión retro- y prospectiva. *Anales de Lingüística – Segunda época*, Mendoza, Argentina, n. 4, p. 139-154, abr./sep. 2020.

TARNAS, R. *A epopeia do pensamento ocidental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 588p.

VERDELHO, T.; SILVESTRE, J. P. (Orgs.). *Dicionarística Portuguesa: inventariação e estudo do património lexicográfico*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007. 215p.

VIEIRA, F. E. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018. 255p.

VIEIRA, F. E. A sintaxe no Brasil: notas historiográficas e eixos temáticos de investigação. *Alfa*, São Paulo, v. 64, n. 1, p. 1-29, 2020a. DOI <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e12288>. Acesso em: 20 mai. 2021.

VIEIRA, F. E. Tradição gramatical: história, epistemologia e ensino. In: VIEIRA, F. E.; BAGNO, M. (Orgs.). *História das línguas, histórias da linguística: homenagem a Carlos Alberto Faraco*. São Paulo: Parábola Editorial, 2020b. p. 85-124.

WAILLY, N. F. de. *Principes Généraux et Particuliers de la Langue Française*. Paris: J. Barbou, 1754. 548p.